

ATA DE REUNIÃO Comitê Gestor Regional Orçamentário e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau.	Data: 03.03.2021
--	------------------

1. Dados da Reunião

Data	Hora Inicial	Hora Final	Local
03.03.2021	10h00	12h20	Virtual https://us02web.zoom.us/j/83543581837?pwd=MIRMbmQ4Q0tqN2RMajNidDRxSUNKQT09 ID da reunião: 835 4358 1837

2. Participantes

Nome	Cargo e ou Setor
1. Des. Janete Vargas Simões – Presidente	Desembargadora – Presidente do Comitê
2. Rogério Rodrigues de Almeida	Juiz de Direito – Corregedoria
3. Ricardo Furtado Chiabai	Juiz de Direito - indicado pela Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo;
4. Marcelo Feres Bressan	Juiz de Direito – indicado pela Presidência
5. Daniel Barrioni de Oliveira	Juiz de Direito - eleito por votação direta entre os magistrados
6. Getúlio Marcos Pereira Neves	Juiz de Direito – escolhido pelo Tribunal de Justiça, a partir da lista de inscritos;
7. Arion Mergár	Juiz de Direito - indicado pela Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo;
8. Rita de Cássia Barcellos Almeida	Assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica. - servidora indicada pela Presidência
9. Elson Gonçalves Júnior,	Servidor eleito por votação direta entre os servidores
10. Fabrício da Silva Cabidelli	Servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.
11. Lavínia Vieira de Andrade Waichert Lyrio,	Servidora indicada pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo

3. Pauta

Descrição
<ol style="list-style-type: none"> 1. Leitura e Aprovação da Ata da última reunião realizada no ano de 2020. 2. Planejamento Estratégico – Resultado da Consulta Pública. Cronograma de Atividades 3. Aprovação das datas das reuniões futuras do Comitê para o ano de 2021.

4. Deliberações

Descrição

A reunião foi iniciada com a fala da Desembargadora Janete Vargas Simões, oportunidade em que saudou os presentes. Iniciado o primeiro ponto de pauta foi realizada a leitura da ata da reunião do dia 13.11.2020, oportunidade em que foi aprovada pelos presentes e deverá ser publicada no site do TJES em local próprio identificado. Passado ao segundo ponto de pauta foi apresentado o cronograma de reuniões de todo o ano de 2021 conforme datas e horários informados: 09.06.2021 – 10 horas, 22.09.2021 – 10 horas e 17.11.2021 – 10 horas. A pauta dessas reuniões deverá ser constituída previamente. Foi sugerida pela Desembargadora Janete que a reunião do dia 09 de junho fosse antecipada para o mês de maio haja vista a necessidade de apreciação da proposta do Planejamento Estratégico 2021-2026 a ser encaminhada ao Tribunal Pleno e que deverá ser votada até 30 de junho de 2021. Os presentes aceitaram a alteração para a data de 28 de maio de 2021. Após, foi passado para o terceiro ponto de pauta, oportunidade em que a assessora Rita Almeida apresentou e comentou os resultados da Consulta Pública, realizada entre o período de 11 a 25 de janeiro do ano em curso, referente aos trabalhos iniciais de discussão do Planejamento Estratégico. O resultado da consulta documento em pdf é parte integrante desta ata. Após a apresentação dos resultados, a assessora Rita Almeida explicou como será a dinâmica de discussão do Planejamento Estratégico 2021-2026. Explicou que foi apresentado a presidência sugestão para criação de um grupo de trabalho que formaliza a participação do corpo administrativo na condução dos trabalhos, convidando os magistrados e servidores. As reuniões tem previsão para acontecerem de forma híbrida, com ampla participação. No que se refere as discussões da área jurídica há a previsão das mesmas serem realizadas sob a coordenação do Juiz assessor da presidência. Explicou ainda que o planejamento estratégico, por determinação do CNJ deverá levar em consideração parâmetros para atingimento das metas 1 e 2 do CNJ. Deverão ser fixadas métricas de cumprimento das metas. Explicou a importância de se pensar todas as iniciativas estratégicas de maneira sistêmica. Na sequência a desembargadora perguntou como estão as discussões de planejamento estratégico no âmbito da Secretaria de Tecnologia da Informação. A assessora informou que o grande desafio de TI é melhorar o Índice de Governança de TI mesmo diante do cenário hostil que se apresenta, no que refere limitação de servidores, implantação do PJe etc. Na sequência o servidor Elson Júnior se manifestou para dizer que a pesquisa é sempre importante porque primeiro é uma forma das pessoas mostrarem o que pensam e segundo porque as respostas representam a realidade, mesmo que seja dura como foi apresentada. Disse que embora não tenha vivência no segundo grau, opina em relação ao primeiro grau sobre a dificuldade enfrentada naquela instância. Explicou a importância de implantação da Resolução 219. A desembargadora disse que tanto a integração de comarcas quanto a implantação de resolução 219 são importantes para auxiliar o processo de administração do PJES. Disse que são necessárias alterações no segundo grau e no primeiro grau. O servidor Elson Júnior disse que o CNJ já deu o seu Parecer, acerca da integração de Comarcas. De acordo com o

servidor o Parecer do CNJ se manifestou que somente 08 Comarcas estariam aptas para integração, ou seja, preencheriam as variáveis para não estarem ativas, número bem inferior apresentado pelo TJES, quando aprovado pelo Pleno a integração. A desembargadora disse da importância da visita do CNJ, no próximo dia 08 de fevereiro, para que aquele órgão possa de fato aferir todas as dificuldades enfrentadas pelo Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo. A desembargadora disse em suas palavras finais que apesar de todas as dificuldades, pequenas melhorias já estão sendo levadas a termo. A reunião foi encerrada.

5. Aprovação